

PARA ALÉM DA FIGURA DA MÃE: REFLEXÕES SOBRE A NOÇÃO DE LÍNGUA MATERNA¹

José Edicarlo de Aquino *

Resumo: *Este artigo examina um termo canônico nas indagações sobre a linguagem, a expressão língua materna. Nosso objetivo é questionar as evidências formadas em torno da expressão, empregada largamente sem maiores explicações, como se seu sentido fosse evidente. Para tanto, trazemos para a discussão (a) os problemas envolvidos na crença de uma língua da mulher, (b) o tratamento da língua materna nas ciências da linguagem, (c) a confusão entre os sentidos de língua materna e de língua nacional e (d) o surgimento da expressão no ocidente medieval. Procuramos demonstrar que, em vez de responder pura e simplesmente à figura da mulher, a expressão língua materna corresponde primeiramente a certas configurações sociopolíticas na história.*

Abstract: *This article examines a canonical term in language studies, the term mother tongue. Our aim is to question the evidence formed around the expression, largely used without explanation, as if its meaning were obvious. For that purpose, we will discuss (a) problems involved in the belief of a women's language, (b) the treatment of mother tongue in language sciences, (c) the confusion between the senses of mother tongue and national language and (d) the emergence of the term in the medieval Western world. We aim to show that, opposed to answering pure and simply to a womanly feature, the expression mother tongue corresponds primarily to certain sociopolitical configurations in history.*

Introdução

Quando aborda o tema da formação das nações e do nacionalismo, Walter Bagehot, segundo o relato de Eric Hobsbawm (2008, p.11), teria observado que a nação é algo que “sabemos o que é quando não somos perguntados, mas não podemos rapidamente defini-la ou explicá-la”. Podemos admitir que com a língua materna se passa exatamente o

contrário, isto é, qualquer um pode defini-la rapidamente: língua materna é a língua que se *aprende* com a *mãe*, a *primeira* que se fala, a que se fala na *terra* onde se *nasce*. No domínio dos estudos da linguagem, como lembra Giulio Lepschy (2001), a língua materna é frequentemente associada a um *falante nativo* nos moldes de uma definição simétrica e convergente: o falante nativo é aquele que fala uma língua materna, sendo essa, por sua vez, a língua de um falante nativo. Para questionar essas evidências em torno da noção de língua materna, procurando mostrar que ela não é um tema sem controvérsias, discutimos neste artigo os problemas teóricos em torno da crença em uma língua da mulher, o tratamento da língua materna nas ciências da linguagem, a confusão entre o sentidos de língua materna e de língua nacional e o aparecimento da expressão língua materna no ocidente medieval.

1. A crença em uma língua da mulher

Tratemos de início de um problema aparentemente pacífico, qual seja, o nome da língua: a língua é dita materna por ser a língua da mãe? Esse problema é aparentemente pacífico porque a afirmação de que a língua materna é a língua da mãe pressupõe a existência de uma língua própria da mulher. E essa já não é uma questão assim tão pacífica. Pelo contrário, a crença em uma língua da mulher é um problema teórico carregado de contradições.

Muitos trabalhos se apoiam na crença de uma língua da mulher – e na crença maior ainda na língua do homem –, mesmo quando acreditam negar a possibilidade de uma linguagem feminina por assim dizer. É o caso da crítica que a sociolinguista Marina Yaguello (1992) faz aos estudos de Antropologia no que diz respeito à crença em uma prática languageira especificamente feminina. Os estudos antropológicos resenhados pela autora localizam na língua um lugar de segregação sexual. Assim, ao evocar a relação entre língua e sexo nas chamadas “sociedades primitivas”, o sociólogo americano Paul Furfey (*Men’s and Women’s Languages*, 1944) argumenta que a língua dos homens pode ser um instrumento de dominação sobre as mulheres. O tabu linguístico funcionaria como uma garantia da manutenção da ordem social nessas sociedades. Para sustentar essa tese, Malinowski (*La Vie sexuelle des sauvages du Nord-Ouest de la Mélanésie*, 1929) afirma que, entre os índios das Ilhas Trombiand, a mulher não deve proferir

nem conhecer as fórmulas de encantamento proferidas pelos homens, sob o risco de torná-las inoperantes ou nefastas. Já Capell (*Studies in Socio-linguistics*, 1966) observa que, no povo Kamilaroi, na Austrália, a língua mística é falada exclusivamente pelos homens nas cerimônias de iniciação. Jespersen (*Language, its Nature, Origin and Development*, 1992), Kraus (*Die Frauensprache bei den primitiven Völkern*, 1924) e Reik (*Men and Women Speak Different Languages*, 1954), por seu turno, fazem referência a sociedades nas quais as mulheres são proibidas de pronunciar o nome do marido ou de membros do seu clã, como os Zulus, para quem os nomes dos membros machos da família do marido seriam tabus para uma mulher.

São comuns as pesquisas que procuram estabelecer diferenças estruturais entre uma língua do homem e de uma língua da mulher. Entre os pesquisadores apresentados por Yaguello que vislumbam uma prática languageira feminina na análise do léxico, da fonética, da morfologia e da sintaxe das línguas, Flannery (*Men's and Women's Languages*, 1946) aponta diferenças fonéticas entre a fala dos homens e a das mulheres entre os índios Gros-Ventre de Montana: o /k/, por exemplo, é palatalizado na pronúncia dos homens. Bogoras (*Chukchee*, 1911) assinala diferenças da mesma ordem em chukchee, língua de uma tribo mongol da Sibéria: as mulheres pronunciariam [ts] para [tʃ] e [tsts] para [tʃʃ]. De acordo com Furfey (*Men's and Women's Languages*, 1944), a língua chiquito, falada na Bolívia, comporta uma distinção de gênero: na fala masculina, todos os nomes que designam deuses, demônios e homens são do gênero masculino, já os que designam mulheres, animais inferiores e conceitos não sagrados são do feminino. Haas (*Men's and Women's Speech in Koasati*, 1944), por sua vez, explica que o pronome pessoal da primeira pessoa é diferente em tailandês: um homem dirá *phǒm*; uma mulher, *dicham*.

Após discutir os trabalhos relatados, Yaguello sentencia que a abordagem correta do problema é aquela que toma a variação:

Na medida em que se pode pôr em evidência, em uma dada sociedade, diferenças linguísticas claramente modificadas entre locutores homens e mulheres, seria legítimo pôr as variantes sobre o mesmo plano. Seria ao mesmo tempo reconhecer a existência de subculturas não hierarquizadas. Um rápido giro pela pesquisa nesse domínio mostra que, até aproximadamente

1930, fala-se apenas de *línguas de mulheres*. Em seguida, observa-se uma evolução da noção da língua da mulher como desviante para a noção de línguas de homens e mulheres como variantes sociais. Essa é uma modificação sobre o plano científico (a única abordagem correta) e sobre o plano ideológico ao mesmo tempo. Podemos observar que, entre os autores recentes que continuam a falar de *línguas das mulheres*, encontram-se sobretudo homens.^{3 4} (1992, p.23)

No tratamento da variação linguística segundo os preceitos da Sociolinguística, Louis-Jean Calvet (2002, p.114), teórico citado com frequência pela autora, põe lado a lado as variáveis linguísticas, “todas as que a análise permite descobrir”, e as variáveis sociais, “todas as que uma teoria sociológica permite isolar”, estabelecendo variações em três eixos para a língua: variações diacrônicas (correlatas às faixas etárias), variações diatópicas (correlatas aos lugares) e variações diastráticas (correlatas aos grupos sociais). A pertinência dessas variações estaria no fato de definirem grupos, ou seja, elas “não são apenas linguísticas, elas têm ao mesmo tempo uma pertinência social e participam de uma certa ‘cultura’”. Nas variações diastráticas, encontra-se o sexo. Ao defender a abordagem do problema por meio da variação, Yaguello acredita negar uma língua da mulher. No entanto, quando se coloca o sexo entre as variantes diastráticas, a operação que se realiza é justamente dividir as formas linguísticas segundo o critério sexual, tornando possível falar de uma variedade da mulher e de uma variedade do homem. Dessa maneira, passar a olhar a variação não desautoriza a defesa de uma língua de mulher e de homem. Nesse sentido, Yaguello, para quem, dadas as bases científicas para uma nova abordagem do problema, continuar afirmando velhas doutrinas constitui um gesto de sexismo, acaba por confirmar os mesmos trabalhos antropológicos que procura desautorizar, trabalhos que parecem considerar o tabu linguístico como algo que emana natural e diretamente da língua, dando, assim, como resultado interpretações segundo as crenças das quais partiram, quer dizer, há uma língua do homem e há uma língua da mulher. No que toca a nossa discussão, um efeito possível desse quadro é a naturalização dos sentidos de língua materna como a língua da mãe.

2. O tratamento da língua materna nas ciências da linguagem

O tratamento da língua materna nas ciências da linguagem é outra questão plena de contradições. Um aspecto a ser observado é que a língua materna é frequentemente tomada pelos estudiosos da linguagem como algo que já se sabe por antecipação. Com efeito, diferentemente das divergências teóricas em torno da definição de vocábulos como “língua”, apenas para ficar nesse exemplo, a heterogeneidade em torno dos conceitos básicos que sustentam a Linguística não parece se aplicar à expressão *língua materna*, muitas vezes usada sem maiores explicações, como se seu sentido fosse evidente. Na verdade, embora a língua materna seja um termo canônico nas indagações sobre linguagem, os sentidos de língua materna flagrados nessas indagações não estão muito distantes do lugar comum. Basta folhear, por exemplo, a obra *Conversas com linguistas* (2003), que reúne entrevistas feitas com dezoito linguistas brasileiros, para encontrar a língua materna definida como a língua que se herda no berço materno, a primeira língua, a língua natural, a língua local, a língua nativa, a língua oral, a língua que se contrapõe à língua estrangeira, como podemos ver pelos trechos que trazemos abaixo:

A partir daquilo que você pesquisa, daquilo que você estuda, você pode contribuir para uma melhor compreensão de problemas da sociedade. Problemas que dizem respeito, por exemplo, ao preconceito linguístico, problemas relativos à aquisição da língua materna, problemas pedagógicos, associados ao ensino e à aprendizagem da língua materna, dentro outros. (2003, p.19)

Talvez todas as outras linguagens se desenvolvam a partir da experiência que a gente tem com uma língua básica, uma língua materna: a primeira língua que a gente aprende, seja ela oral, seja ela de sinais. E as outras se constroem em cima desse modelo. A gente está cercado de linguagens outras, artificiais. (2003, p.27)

A reflexão linguística feita pelos linguistas, a partir das teorias linguísticas, alterou substancialmente o modo de encarar o ensino de língua materna ou de línguas estrangeiras. (2003, p.46)

E em consequência, isso vai ter ancoragens momentâneas, que

vão desde a elaboração de material didático mais adequado à aprendizagem de línguas estrangeiras ou de língua materna, até uma compreensão mais filosófica da subjetividade, da própria sociedade e da história. (2003, p.86)

A língua do império será uma língua de relação comercial. Mas o modo de eu me inserir nessa relação é reforçando a língua materna. [...] A língua geral e as relações mantidas através dela não constituirão nossas ‘almas’. A consciência, a subjetividade terão suas bases nas línguas maternas, aquelas de nosso grupo. As ‘almas’ dos sujeitos falarão em suas línguas nativas, maternas. Com elas e nelas nos constituímos. (2003, p.89-90)

A linguística, em sua face aplicada, pode prestar relevantes serviços à educação, à cultura; trata-se de um desafio permanente, que está sendo enfrentado com resultados promissores, principalmente no ensino-aprendizagem de línguas (materna, segunda/estrangeira). (2003, p.94)

Então, ao tentar responder, nós podemos dizer que, num nível aplicado, é clara a vocação da linguística para a educação em muitos desdobramentos, desde a importância para a qualificação profissional até os aspectos de natureza pedagógica propriamente dita, ligados à construção de métodos e ações nos processos de ensino e aprendizagem de L1 e L2, quer dizer, língua materna e línguas estrangeiras. (2003, p.147)

E passando agora para a linguística, sim, a linguística tem um compromisso marcado com a educação. Em primeiro lugar, com o ensino de língua materna e de língua estrangeira, com as teorias de aquisição, por exemplo. (2003, p.155)

Para ter uma ideia do lugar que a língua materna ocupa nos estudos da linguagem, é interessante relatar que, no conjunto de respostas dadas pelos linguistas entrevistados, a expressão *língua materna* não comparece quando o que está em jogo é a definição de língua e de Linguística ou a determinação do sujeito da linguagem. Também não está presente quando o tema suscitado pela pergunta é o da

cientificidade da Linguística, a relação desse campo do saber com a chamada pós-modernidade nem mesmo quando a indagação é sobre os vínculos entre língua, pensamento e cultura. Por outro lado, quando se responde ao questionamento sobre a relação entre língua, linguagem e sociedade, sobre os desafios para a Linguística do século XXI e, principalmente, sobre a serventia da Linguística e o seu compromisso com a educação, a expressão *língua materna* se faz ouvir na fala dos entrevistados. Quando se olha com mais atenção para as passagens reproduzidas acima, percebe-se que o uso da expressão diz respeito ao ensino-aprendizagem da língua materna quase que predominantemente. De qualquer forma, não é o caso de considerar inválidas as definições da expressão no discurso dos especialistas em linguagem, estejam elas próximas ou não dos sentidos historicamente dominantes. O problema está em naturalizá-las, o que pode, inclusive, implicar sérios embaraços teóricos.

2.1. Problemas enredados pela naturalização dos sentidos de língua materna: o caso da Gramática Gerativa

Perguntado sobre o lugar da expressão *língua materna* na Gramática Gerativa, Noam Chomsky afirma que “o conceito de ‘língua materna’ é uma versão informal do que se chama Língua-I na gramática gerativa, o tema principal de investigação”⁵. Tanto em uma de suas publicações mais recentes, *New Horizons in the Study of Language and Mind* (2000), quanto em um dos seus mais célebres trabalhos, *Syntactic Structures* (1957), a expressão *língua materna* não é usada uma única vez. O fato de trocar língua materna por Língua-I não livra a Gramática Gerativa dos problemas enredados pela naturalização dos sentidos de língua materna. Pereira de Castro (2006), observando as discussões realizadas pelos gerativistas sobre a aquisição da chamada L2, a língua estrangeira ou língua segunda, termos cujas equivalências ou diferenças variam segundo as diversas posições teóricas, mostra como o reconhecimento da especificidade da chamada L1, a língua materna, definida no eixo de uma cronologia e reconhecida como primeira língua, abala os princípios da teoria gerativista pelo enfraquecimento da Gramática Universal (GU).

A discussão sobre a aquisição da língua estrangeira ou língua segunda enfrenta o problema de saber se o papel desempenhado pela GU na aquisição de L2 é o mesmo na aquisição de L1. Sendo a

faculdade da linguagem biologicamente determinada, conforme a premissa do programa gerativista, o problema lógico da aquisição de linguagem deveria ser o mesmo em L1, L2...Ln. Como mostra Pereira de Castro (2006), para os autores que invocam a noção de período crítico, tal como formulada por Eric Lenneberg (1967), que determina um prazo específico para que a criança possa aprender uma língua, a GU não estaria mais acessível para o aprendiz de L2, tratando-se, nesse caso, de um processo unicamente cognitivo. Embora sirva de argumento para sustentar a peculiaridade de L1, a língua materna, o conceito de período crítico fragiliza o valor da GU na teoria gerativista por limitar seu papel à aquisição de uma primeira língua, “abrindo brechas para a contradição teórica: pode-se adquirir/aprender uma segunda língua sem que se acionem as estruturas cognitivas exclusivas da linguagem”, como afirma Pereira de Castro (2006, p.136).

Ainda que reconheçam a especificidade da aquisição de L2 por aqueles que já atingiram a puberdade, há autores que não abrem mão de uma hipótese que sustente o papel da GU na aprendizagem de uma língua estrangeira. Para reafirmar esse papel da GU, procura-se, então, diferenciar aquisição e aprendizagem, processos cognitivos específicos à linguagem e aqueles mais gerais, conhecimento explícito e conhecimento implícito. Pereira de Castro (2006) argumenta que a discussão entre os gerativistas mostra que a L1 – caracterizada no debate principalmente pelo valor atribuído à GU – só é problematizada quando posta em oposição às línguas posteriormente adquiridas. Nesse sentido, quando se assume a hipótese de que a determinação biológica garante a acessibilidade da GU, se está certamente reafirmando as premissas da teoria, mas, ao mesmo tempo, abre-se a possibilidade de que as línguas adquiridas ao longo da vida possam ser postas em sequência L1, L2...Ln, que as diferencia pela simples ordem da aquisição. Já quando se indaga sobre a diferença entre a língua que se adquire na infância e aquelas adquiridas na puberdade – assumindo ou não a hipótese do período crítico –, põe-se a diferença entre saber uma língua (materna) e conhecer uma língua (outra), a partir da língua que se sabe, explicando-se, assim, o recurso ao termo “aprendizagem”. Dessa forma, conclui Pereira de Castro (2006, p.137), “o reconhecimento da especificidade da língua materna, a L1, não deixa de abalar os princípios da teoria pelo enfraquecimento da GU”. Mesmo relegada ao lugar de chamamento informal, a naturalização da noção de

língua materna como a primeira adquirida mexe profundamente com os pressupostos da Gramática Gerativa.

2.2. Duas propostas de ressignificação da expressão *língua materna*: Aquisição de Linguagem e Análise de Discurso

Em contraste com a posição anterior, é possível fazer referência a trabalhos que procuram enfrentar a complexidade da noção de língua materna com vistas a uma ressignificação do termo. Entre os mais recentes, destacam-se os de Pereira de Castro e os de Maria Onice Payer.

Pereira de Castro (1998, 2006, 2009, 2011) trabalha no sentido de provocar uma reflexão sobre a particularidade da língua materna na sua relação com a constituição do sujeito falante. A autora (1998, p.248) reconhece, junto com Jean Claude Milner, a necessidade de deslocamento conceitual da noção de língua materna, “da configuração numerável, de simples equivalente à primeira língua, para o lado que a impede, justamente, de fazer número com as outras línguas, de lhes ser acrescentada, comparada”. Partindo de uma perspectiva interacionista da aquisição de linguagem, que considera a singularidade da fala da criança e toma o adulto como lugar de funcionamento da língua constituída, Pereira de Castro (2009, p.11) alega, citando Milner, que a língua materna, pela sua relação com o sujeito falante, é incompatível com a seriação: “A língua materna tem um traço incomensurável, que a faz diferente de todas as outras porque não tem outra; não se soma a nenhuma outra. Ela é qualquer língua, como todas de certo modo o são, mas para o sujeito ela é sua língua materna; fato que a torna incompatível com uma seriação”.

Ressaltando a importância de interpretar a língua materna dentro de uma reflexão sobre a(s) língua(s) e retomando o conceito lacaniano de *lalangue*, o registro que destina uma língua ao equívoco, Pereira de Castro (2009, p.20) defende que a “língua materna põe o sujeito na posição de falante, isto é, passa a qualificá-lo a partir desse momento lógico de captura por um modo de funcionamento, sempre dividido entre *lalangue* e língua”. Por considerar que a língua materna significa a criança com o perfil de um ser falante, isto é, por fazer a passagem do lugar de *infans*, aquele que não fala, ao de ser da linguagem, e também por avaliar que não é possível retornar ao estado de *infans*, Pereira de Castro (1998, p.256) afirma que “a *língua materna é única e*

inesquecível. Nunca silenciada, mesmo se não a encontramos na superfície da fala, mesmo se falamos uma língua estrangeira”. Em suma, para a autora, o traço que caracteriza a língua materna é a constituição de um sujeito falante, e numa trajetória de aquisição de linguagem irrepetível. Um dos colorários dessa teorização, segundo Pereira de Castro (2011, p.63) é o fato de que “em certas situações pode-se supor que a língua materna seja constituída por materialidades linguísticas diversas, provenientes de mais de uma língua”. Não se trata aqui, como adverte a autora, de uma hipótese sobre o bilinguismo, “mas de uma experiência atravessada por línguas, etnias ou culturas diversas” (2011, p.63). Nesse sentido, “o sujeito falante seria o produto de um atravessamento de línguas ou de fragmentos delas; sem que para isso se deva lhe atribuir um conhecimento nos termos de um conceito como o de bilinguismo” (2011, p.64). Essa leitura reforça a obrigação de tirar a língua materna do lugar comum de primeira língua, pois se o traço de incomensurabilidade da língua materna nos impede de incluí-la em uma lista de línguas, ao mesmo tempo nos leva a considerar a possibilidade de ela ser constituída por uma série de línguas, melhor dizendo, por materialidades linguísticas diversas.

Maria Onice Payer (2006, 2007, 2009) busca na noção de língua materna um valor operatório que permita explorar os traços da língua a partir de uma abordagem que supere categorias como “dialeto regional”, “língua informal” e “língua familiar”. Para a autora, é preciso pensar a língua materna não apenas como uma “língua empírica” específica, quer dizer, um sistema linguístico particular, mas como uma dimensão discursiva da linguagem, uma dimensão da memória da língua. Como uma dimensão discursiva da linguagem, a língua materna não seria autoevidente nem teria a mesma configuração em qualquer circunstância histórica. Essa é uma perspectiva condizente com a noção de língua trabalhada pela Análise do Discurso, que considera que, pela língua, o sujeito e o sentido se constituem ao mesmo tempo. Nesse sentido, a noção de língua materna possibilitaria atingir “a instância em que se alcança a mútua constituição do sujeito e da língua”, conforme a autora (2006, p.128).

Quando analisa a situação dos descendentes de imigrantes italianos no Espírito Santo, Onice Payer (2006) constata que, no sentido de uma língua constituída, a função de língua materna não é exercida por uma única língua apenas, o que a leva a afirmar, numa posição convergente

com a de Pereira de Castro, que mais de uma língua possa atuar na função de língua materna. Por outro lado, seria possível operar um desmembramento entre a função de estruturação simbólica do sujeito falante e materialidade da língua materna. De acordo com a autora (2006, p.134), considerando o percurso dos sentidos e a disputa das línguas ao longo da história, “a ‘matéria’ da língua materna pode não ser a mesma em dois tempos, X e Y, e mesmo assim a língua do primeiro momento X funciona na constituição do sujeito de linguagem no tempo Y, enquanto memória da língua”. Para Onice Payer (2009, p.06), a língua materna envolve não apenas a função estruturante do sujeito desde a infância, mas também “a dimensão das intensidades do dizer e do saber, e dos afetos que inundam a língua e o mundo, por serem postas ao sujeito pela mãe/ pelos cuidadores que estão mais próximos”.

3. Confusão entre língua materna e língua nacional

Outra questão que gostaríamos de abordar é a confusão entre língua materna e a língua nacional. Talvez seja esse o maior dos problemas em torno do tema, pois a sobreposição entre o que é materno e o que é nacional pode levar, no fim das contas, ao próprio apagamento da noção de língua materna. É preciso estabelecer que língua materna e língua nacional representam duas dimensões da relação dos sujeitos com a linguagem e com o poder central representado pelo Estado nacional. Como explica Onice Payer (2009), língua materna e língua nacional são línguas materialmente diferentes em confrontos na história, são conceitos diferentes, pois circunscrevem fenômenos distintos em seu funcionamento na relação do sujeito com a língua. Com os olhos voltados para o sujeito imigrante no Brasil, a autora esclarece que língua nacional e língua materna “não se recobrem, nem em termos empíricos, nem em termos de seu estatuto na prática de linguagem, de tal modo que se torna impossível ao sujeito transitar do estatuto de língua materna ao de língua nacional sem ter de mudar de estrutura de língua” (2007, p.339-340).

Segundo o modo de distribuição para seus falantes, Eduardo Guimarães (2005) separa as línguas em duas categorias: aquelas que tratam das relações cotidianas entre seus falantes, entre as quais se incluem a língua materna e a língua franca, e aquelas que tratam das suas relações imaginárias (ideológicas) e institucionais, entre as quais

se incluem a língua nacional e a língua oficial. Nesse esquema, de acordo com o autor (2005, p.11), a língua materna é aquela “cujos falantes a praticam pelo fato de a sociedade em que nascem a praticar; nessa medida ela é, em geral, a língua que se apresenta como primeira para seus falantes”, ao passo que a língua nacional é “a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a esse povo”, geralmente sobreposta à língua oficial, “língua de um Estado, aquela que é obrigatória nas ações formais do Estado, nos seus atos legais”.

Porque língua materna e língua nacional são diferentes é que pode haver uma tensão entre elas. Essa tensão ganha corpo no imaginário de unidade linguística da nação. Argumentando nesse sentido, Onice Payer afirma que a tensão entre língua materna e língua nacional “se produz na história, sustentada pelo Estado, em um momento importante de sua consolidação como nação, e que, vindo dessa exterioridade, tal tensão atinge a constituição da linguagem e do sujeito, em seus processos de identificação em relação à língua” (2007, p.340-341). Como explica a autora, a diversidade interna da nação, seja ela de ordem ideológica, política, social, linguística etc., é aplainada sob o ideário e o imaginário da unidade nacional. Dessa forma, embora a língua não seja um critério satisfatório para classificar uma nação, como argumenta Hobsbawm (2008), ela, a nação, (quase) sempre se apresenta através de suas instituições como linguisticamente homogênea. Nesse jogo, realiza-se a sobreposição entre língua materna e língua nacional, pois como, em geral, a nação elege apenas uma única língua como a língua nacional, essa língua acaba por significar a língua materna de todos os sujeitos do território nacional.

Se a questão da língua é uma questão de Estado, como defendem Gadet e Pêcheux (2004), a identificação das línguas dentro do território do Estado nacional é orientada pela língua eleita como língua nacional. Como diz Orlandi, “a noção de língua nacional é que faz ter sentido distinções como a de língua materna/língua nacional quando diferentes memórias entram em confronto” (2001, p.13). Pelo batimento entre o ideário de unidade linguística e a pluralidade de línguas dentro do Estado nacional é que os sentidos de língua materna podem coincidir e ao mesmo tempo divergir dos sentidos de língua nacional. Para alguns, aqueles que supostamente falam a língua nacional, a língua materna coincidiria com a língua nacional. Para outros, a língua materna diverge

da língua nacional. Para todos, no entanto, a língua nacional é apresentada como a única língua do Estado nacional, logo, como língua materna de todos os cidadãos. Na verdade, de nossa posição, é mesmo complicado afirmar que alguém fale uma língua nacional, já que ela é, antes de tudo, um produto de um processo de gramatização. Definida por Auroux (1992, p.65) como “o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário”, a gramatização é um termo da História das Ideias Linguísticas para o processo de produção de instrumentos linguísticos, tais como gramáticas, dicionários e outros escritos sobre as línguas, responsáveis por construir uma imagem de unidade linguística para o Estado nacional, a língua nacional.

Sobre os efeitos da sobreposição entre língua materna e língua nacional, Guimarães (2005) argumenta que a distribuição das línguas para seus falantes, por ser desigual, constitui uma hierarquia, no que vêm a pesar os instrumentos linguísticos da gramatização, que trabalham na divisão entre o certo e o errado, produzindo duas ordens de divisão social da língua no seu funcionamento, quer dizer, uma divisão vertical, entre um registro formal e um registro coloquial, e uma divisão horizontal, entre variedades normalmente chamadas de dialetos ou de falares. Por essa divisão não ser de igualdade, a divisão vertical recorta a língua de uma maneira que as divisões hierarquicamente mais baixas são qualificadas como não pertencentes à língua. Nesse gesto, o registro formal passa a ser considerado *a língua*, enquanto todo o resto é significado como *erro*, estando, portanto, fora da língua. No cruzamento entre divisões verticais e horizontais, alguns falares regionais são significados unicamente como línguas coloquiais, como línguas de pessoas não escolarizadas. Como observa Guimarães (2005, p.24):

Essa divisão, que elege um falar (ou falares) em detrimento de outro ou outros, assume maior gravidade se observarmos que a hierarquia traz consigo, além da sobreposição da língua oficial e da língua nacional, a sobreposição destas à língua materna (os falares específicos politicamente excluídos: o nordestino e o baiano no caso de São Paulo, e o cuiabano no caso de Mato Grosso). Com essa sobreposição, o português não é só a língua

nacional e oficial, mas também a língua materna de todos os brasileiros. Desse modo, se um falar regional é identificado com o registro coloquial do português, então essa língua regional (toda ela) está fora da língua nacional e da língua oficial. E, ao mesmo tempo, sendo a língua materna de seus falantes, não é língua materna deles enquanto brasileiros (é como se eles nunca falassem certo – ou, pior, como se nunca falassem).

O efeito de coincidência entre a língua materna e a língua nacional produzido no processo de gramatização brasileira funciona de maneira consistente no espaço escolarizado, como demonstra Castellanos Pfeiffer: “Na ordem do imaginário, espaço de organização dos sentidos, tudo se passa como se o ‘sujeito de linguagem’ brasileiro fosse à escola para aprender sua língua materna e não a língua nacional”⁶ (2007, p.116). Cabe aqui esclarecer que a chamada gramatização brasileira refere-se ao processo iniciado na segunda parte do século XIX de produção de instrumentos linguísticos por autores brasileiros e para leitores brasileiros.

O que Castellanos Pfeiffer flagra como um dos efeitos do processo de gramatização brasileira, e que diz respeito ao efeito de coincidência entre a língua materna e a língua nacional, é a indistinção, na ordem do imaginário, entre o aprendizado *sobre* a língua materna e o aprendizado *da* língua materna na escola, de modo que essa língua fica no limite entre um saber pedagógico e um saber científico. A partir daí, como expõe a autora, “a língua nacional, necessária, funciona como uma evidência: é a língua materna de cada um de nós. Naturaliza-se a coincidência, institucionalizando sua naturalização – que se torna *memória institucionalizada*”⁷ (2007, p.118). A força dessa naturalização leva, segundo a autora, ao estabelecimento da distinção entre cultura e natureza, palavras reservadas, respectivamente, aos que já estão na escola e àqueles que acabaram de ingressar nela. No fim das contas, como analisa a autora, é como se houvesse duas línguas maternas, “aquela que será ensinada [...] e que coincide com a língua de cultura, com a língua nacional; e aquela que destoa da língua de cultura, constituída da pluralidade das ‘variedades naturalmente adquiridas’”⁸ (2007, p.120). Uma é significada como um instrumento de civilização superior, enquanto as outras, quer dizer, as variedades naturalmente adquiridas, são colocadas no lugar do diferente, do inferior. Embora o

efeito de coincidência entre língua materna e língua nacional atinja todos os sujeitos, a validade dessa coincidência, no entanto, abrange poucos. Conforme Castellanos Pfeiffer: “Para aqueles que sempre foram à escola, a equivalência entre língua materna e língua nacional permanece válida, enquanto que os outros vão à escola para adaptar sua língua materna de forma a poder estar no lugar justo do bem-dizer, da língua nacional”⁹ (2007, p.121).

4. Língua materna como uma invenção do ocidente medieval

Embora sofra o mérito da evidência e produza efeitos de reconhecimento toda vez que é enunciada, a língua materna é um objeto cercado de contradições. Ela é um objeto buliçoso, sempre colocando os limites das ciências da linguagem à prova, apesar de muitas vezes ser tomada como um problema banal, razão pela qual ela é raramente definida acima do lugar-comum. Com uma certa dose de drama, Jean-Didier Urbain (1982) afirma que a língua materna não é apenas uma imagem persistente na Linguística, mas talvez sua parte maldita, enquanto Lacan, como nos lembra Jean-Marie Prieur (2007), enxerga nela um fantasma elaborado por linguistas e gramáticos a partir da dispersão e da hibridação das línguas. Para nós, que não procuramos fazer da língua materna uma questão menos problemática, ela é acima de tudo uma invenção histórica, que, em vez de responder pura e simplesmente à figura da mulher, corresponde, na verdade, a certas configurações sociopolíticas na história.

O primeiro registro da expressão *língua materna* na história ocidental é encontrado na Idade Média na crônica da Primeira Cruzada *Dei Gesta per Francos*, escrita pelo monge francês Guiberto de Nogent entre 1104 e 1108. Dessa forma, levando-se em conta a ausência dessa expressão na Antiguidade Clássica, ela pode ser considerada uma invenção medieval e mesmo uma invenção religiosa, pois os primeiros registros conhecidos aparecem em obras de membros da Igreja, em escritos relacionados a essa instituição. Quando elogia o papa Urbano II pela facilidade com que levou multidões a participar das Cruzadas e pela também facilidade na prática da língua latina, o monge beneditino emprega a expressão *sermo maternus*:

*Eius enim scientiae litterali agilitas, non enim minor ei
eloquentiae cooperabatur videbatur in Latinae*

*prosecutione locutionis
 ubertas quam forensi cuilibet
 potest esse in materno
 sermone pernicitas.*

O domínio que ele tinha de sua cultura desempenhou um

papel importante na sua capacidade de falar a eloquência literária. Parecia realmente que nenhum advogado poderia ter em sua **língua materna** tanta facilidade quanto o Papa tinha na prática da locução latina.

Guiberto de Nogent distingue duas línguas e dois grupos sociais. As expressões *eloquentia litteralis* (“eloquência literária”) e *latina locutio* (“locução latina”) estão associadas conjuntamente ao papa e contrapostas a *sermo maternus* (“língua materna”), expressão ligada, por sua vez, a *forensis* (“advogado”). Segundo essa divisão, o *sermo maternus* seria a língua dos advogados, que, na sociedade medieval, fazem parte da ordem dos leigos, ao passo que o papa Urbano II, líder da Igreja, teria também por língua a *eloquentia litteralis*, a *latina locutio*, enfim, o latim. Para Guiberto de Nogent, Urbano II tinha mais facilidade na prática da locução latina do que o leigo na prática da língua materna, não porque a primeira fosse mais fácil que a segunda, mas porque o domínio que o papa tinha da cultura latina era tão grande que, mesmo no emprego de uma língua pautada na escrita, ele teria mais facilidade de se expressar do que o advogado quando emprega sua língua materna na realização de suas atividades temporais. Por esse quadro, podemos dizer que a expressão *língua materna* nasce marcada pela oposição ao latim e pela identificação com os leigos. Ela é a insígnia de um mundo partido em dois, isto é, dividido entre clérigos e leigos, mas é principalmente a insígnia da situação linguística particular do mundo latino, marcado pela conservação do latim como língua da administração e da vida intelectual e religiosa e pelo aparecimento das línguas neolatinas, como observa Auroux (1992).

Como o direito é uma atividade essencialmente oral na Idade Média, conforme Jacques Chiffolleau (2006), a oposição ao latim e a identificação com os advogados investe uma configuração oral à língua materna, daí a atribuição da língua materna aos advogados e da língua latina ao papa por Guiberto de Nogent. A facilidade da língua materna de que fala o monge está portanto no fato de ela ser uma língua oral. Essa ideia de facilidade da língua materna está em conformidade com

o espírito escolar da época, segundo o qual o latim representava um nível de dificuldade superior àquele da língua vernácula, como afirma Batany (2003). Não é de surpreender que o latim seja considerado mais difícil que a língua materna, pois, como declara Auroux (1992), no século IX, ele é antes de tudo uma língua a ser aprendida por meio da gramática latina, cujo estudo englobava não apenas as práticas de leitura e escrita, mas também a leitura e a interpretação dos autores latinos, como revela Beck-Busse (1994).

Se a ancoragem do latim é assegurada pelo lugar da Igreja na sociedade, como afirma Auroux (1992), a própria diferenciação entre latim e vernáculos, com a criação da expressão *língua materna*, pode ser encarada como um feito da Igreja, pois são aqueles que empregam o latim que cunham a expressão *língua materna*, são aqueles que conhecem o latim que traçam uma distinção entre essa língua e aquela chamada *língua materna*. Em si, a criação da expressão *língua materna* é uma manifestação do trabalho de diferenciar clérigos e leigos na sociedade medieval. Ela é uma perfeita representação das barreiras visíveis que asseguram a partição do mundo feudal em dois de que fala Pêcheux (1990). Escrita e lida, pronunciada e ouvida, ela impõe uma ordem de sentidos que separa o mundo dos clérigos do mundo dos leigos, marcando, assim, diferentes modos de vida, maneiras distintas de se colocar na presença de Deus, bem como variados níveis de instrução e de acesso à escrita. Em suma, a expressão *língua materna* é uma marca da consciência da diversidade dialetal e linguística do homem medieval, apontando, dessa forma, problemas peculiares à sociedade medieval, como a organização social dividida entre clérigos e leigos e a própria formação do clero, do mesmo modo que as questões linguísticas implicadas, tais como o desaparecimento do papel vernacular do latim e a sua manutenção como língua do saber letrado e da vida religiosa e a emergência dos vernáculos, como podemos ver a partir dos fragmentos abaixo:

Vita Norberti, 1157-1161:

In crastinum ergo fecit Romana videlicet, quia sermonem ad populum vix numquam eam didicerat; sed adhuc aliquid sciens vel non diffidebat, quin, si intelligens de lingua illa, materna lingua verbum Dei

*adoriretur, Spiritus sanctus,
qui quondam centum viginti
linguarum erudierat
diversitatem, linguæ
Teutonicæ barbariem, vel
Latina eloquentia
difficultatem, auditoribus
habilem ad intelligendum
faceret*

No dia seguinte, fez um discurso ao povo, que até então mal conhecia ou entendia aquela língua, quer

dizer a romana, porque nunca a apreendera, mas não duvidava que se introduzisse a palavra de Deus na **língua materna**. O Espírito Santo, que uma vez havia aplanado a diversidade de cento e vinte línguas, tornaria apta à compreensão dos ouvintes a barbárie da língua germânica ou a dificuldade da eloquência latina

Costume de Springierbach/Rolduc, 1123-1128:

*His actis domnus abbas uel
prior uel alius, cui librum
miserit abbas, sermonem facit
materna lingua ad
intelligendum omnibus, non
tamen cottidie, sed his diebus
quibus uisum fuerit prelato.*

Depois disso, o senhor abade ou prior ou outra pessoa, a quem o abade envie o livro, faz um sermão na **língua materna** para que todos possam entender, não em todos os dias, mas naqueles dias em que o prelado achar por bem.

Jean Beleth, *Summa de ecclesiasticis officiis*, 1160-1164:

*Inde est, quod sacerdos
diebus dominicis postquam
fecerit sermonem ad populum,
dominicam orationem et
Credo in Deum debet illis in
materna lingua exponere*

Por isso é que o sacerdote, nos dias de domingo, depois de fazer o sermão ao povo, deve rezar o Pai Nosso e o Credo na **língua materna**.

*Hessonis magistri scholarum Argentinensis relatio de pace mense
Octobri anni 1119 frustra tractata inter Calixtum II papam et
Heinricum V imperatorem, 1119:*

*Quod cum prudenter
episcopus Ostiensis
perorasset, iterum
Catalaunensis episcopus ex
praecepto domni papae hoc
idem clericis et laicis **materna
lingua** exposuit.*

Depois de o bispo de Óstia ter discursado com prudência, novamente o bispo de Catalunha, conforme ordenado pelo papa, repetiu a mesma coisa aos clérigos e aos leigos na **língua materna**

Na biografia de São Norberto, o latim é novamente colocado em contraposição à língua materna. Tal como expõe a narrativa, o povo, por nunca ter aprendido o latim, seria incapaz de compreender essa língua, dispondo apenas de sua língua materna, língua na qual São Norberto acredita ser possível introduzir a palavra de Deus, palavra pregada por excelência na língua latina. Em contraste com a língua materna, tomada na qualidade de barbárie, a língua latina, caracterizada pela sua dificuldade, acaba por significar uma língua civilizada. Por oposição à dificuldade da língua latina, mais uma vez a língua materna é marcada por uma suposta facilidade.

De acordo com o que consta no *Costume de Springierbach/Rolduc*, para ser entendido por todos, o sermão deve ser feito em língua materna, não no latim. No entanto, longe de ser uma obrigação cotidiana, a pregação em língua materna é apontada como uma medida de exceção, sendo realizada apenas quando o prelado determinar. Como decreta a *Summa de ecclesiasticis officiis*, a língua materna deve ser empregada na oração do Pai Nosso e do Credo, mas somente após a realização do sermão, feito certamente em latim, e apenas no dia de domingo. Como se nota a partir desses dois textos, a língua materna é cada vez mais usada para propagar a palavra de Deus, mas não a ponto de substituir o latim como veículo de pregação na Idade Média.

Por assim dizer, Deus fala através da Igreja em latim, afinal essa é a língua da comunidade universal cristã reunida em torno do papado, ao passo que sua mensagem é traduzida em língua materna por aquela instituição. A recomendação de pregar para o povo na língua local é uma determinação comum desde o século IX, conforme Auroux (1992), sendo uma necessidade que não diz respeito somente aos leigos, estendendo-se também aos clérigos, como mostra o relato de Hesso sobre o Concílio de Reims, que une clérigos e leigos pela incapacidade

na compreensão da língua latina. Diante das barreiras construídas pela Igreja para separar clérigos e leigos, o não aprendizado do latim acaba por se converter em um problema de má formação do clero. Personalidade eclesiástica da segunda metade do século XII, Giraud de Barri (1146-1223 d.C), por exemplo, afirma o que se segue: “Hoje os clérigos iletrados são como nobres inábeis na guerra”, conforme Le Goff (2006, p.89). Como afiança Jean-Claude Schmitt: “A distinção entre *litterati* e *ilitterati* recobre assim, em grandes traços, a entre clérigos e leigos. Ser letrado significa conhecer, além da língua materna, o latim, que se escreve e fala” (2006, p.244).

Os registros da expressão *língua materna* encontrados em escritos não relacionados diretamente à Igreja apontam uma divisão menos rígida entre língua materna e latim do que aqueles encontrados em produções clericais, talvez por estarem menos interpelados pela ideologia clerical. A divisão rigorosa entre latim e língua materna encontrada nos textos da Igreja pode ser considerada um efeito de sentido produzido segundo as representações que os clérigos fazem dos leigos durante a Idade Média, como homens inferiores espiritual e culturalmente, conforme Catherine König-Pralong (2009). Sendo o latim uma barreira que separa dois mundos, o dos clérigos e o dos leigos, em um gesto de reforço dessa barreira, divide-se tão severamente latim e língua materna. Textos de caráter gramatical ou de lógica, na medida em que se voltam para temas que não a fé, trabalham no sentido de aproximar latim e língua materna:

Notae Dunelmenses, 1109-1113:

Sed quaerendum est quomodo haec quinque ‘nocendi, nocendo, nocendum, nocitum, nocitu’ exponantur materna lingua ita ne sensum verbi videantur habere, sed sensum nominis. Nam cum dico ‘vade salutatum’, eundem sensum videtur habere acsi diceretur ‘vade salutare’ et sic in ceteris.

Mas precisa perguntar de que modo estas cinco palavras *‘nocendi, nocendo, nocendum, nocitum, nocitu’* possam ser explicadas na **língua materna** de maneira que não pareçam ter sentido de verbo, mas de nome. De fato, quando digo *‘vade salutatum’* parece ter o

mesmo significado que dizer adiante.
 ‘*vade salutare*’ e assim por

Ars Medulina, 1154-1180:

*Hoc idem et iam videtur ex
 materna lingua. Que
 nunquam dictione communis
 generis solet uti ad
 supponendum res diversorum
 sexuum una prolacione, sed
 comprehendendo rem
 masculini sexus preponit
 articulum masculinum genus
 discernentem, rem vero
 feminini sexus femininum,
 dicendo: “li citereens vent”,
 “la citerenne vent”.*

Isso aparece ainda na **língua materna**. Nunca de forma habitual um termo genérico é utilizado para designar por um único emprego realidades de sexos diferentes, mas se se deseja designar uma realidade masculina, ela é determinada com ajuda de um artigo masculino; e uma realidade feminina, com ajuda de um artigo feminino. Por exemplo, se diz: “*li citereens vent*”, “*la citerenne vent*”.

O primeiro fragmento, retirado de um conjunto de comentários sobre Prisciano, nos permite observar, para além da divisão entre latim e língua materna, uma situação na qual a língua materna funciona como base para o aprendizado do latim. Esse fragmento das *Notae Dunelmenses* assinala também um processo de adaptação dos conceitos da tradição greco-latina para os vernáculos emergentes, pois, se é necessário explicar termos da língua latina na língua materna, isso se dá a par da instrumentação da própria língua materna, a partir da introdução de elementos metalinguísticos criados por aquela tradição, processo no qual as *Institutions grammaticales*, de Prisciano, escritas no início do século VI d.C., têm papel de destaque por alimentar a reflexão gramatical durante toda a Idade Média, dando origem a uma grande série de comentários, entre os quais as próprias *Notae Dunelmenses*, nas quais se expõe a necessidade de procurar na língua materna formas correspondentes às da língua latina.

Na passagem em que emprega a expressão *língua materna*, o *Ars Medulina*, um importante tratado de lógica na Idade Média, rejeita a

possibilidade de um termo designar simultaneamente indivíduos do sexo masculino e feminino. Para tanto, o tratado toma como exemplo o funcionamento do artigo na língua reconhecida hoje como francesa, responsável por fazer aquela distinção. A impossibilidade de um mesmo termo designar ao mesmo tempo os sexos masculino e feminino seria um fato tanto do latim quanto da língua materna, mas é justamente o funcionamento do artigo na língua materna a prova dessa impossibilidade. Para além disso, o emprego da expressão *língua materna* no *Ars Medulina* nos permite enxergar a experiência linguística da língua materna como um lugar de observação do próprio latim, um elemento de interferência na reflexão gramatical da língua latina. O emprego da expressão *língua materna* em textos como o *Ars Medulina* e as *Notae Dunelmenses* nos confirma a existência de uma reflexão gramatical sobre a língua materna já desde o século XII, momento no qual os registros da expressão *língua materna* formam uma mancha que se estende do norte da França ao sul da Inglaterra e que passa pela fronteira ocidental da Alemanha, de onde se espalham pelos resto da Europa nos séculos seguintes (AQUINO, 2012).

5. Para além da figura da mãe

Para dar um encerramento, provisório, às reflexões que temos feito até aqui, retomamos a questão do nome da língua apontada logo no início do texto. Interrogamos a própria metáfora da mãe na formação da expressão *língua materna*: por que língua materna? Essa expressão seria por acaso motivada pela percepção de uma relação com a língua atravessada pela figura da mãe? De fato, é possível encontrar registros da expressão *língua materna* que marcam uma relação da língua com a mãe ou, pelo menos, com o ambiente familiar, como mostramos abaixo:

Filipe de Harvengt, *De obedientia clericorum*, 1157-1183:

*Infantiae quidem loquendi
ad perfectum non donatur
facultas, sed loquentibus
inhiantem nativa quaedam
reprimat difficultas; vixque*

*tandem sufficit pauca verba
conari, quae domi a
parentibus audit frequentius
ventilari. Pueritia vero videns
sibi maiorem loquendi*

*facultatem praeberi intra penates patrios iam non sustinet contineri, sed foris vagabunda maiorem nititur aemulari, odio habens silentium, cum sui similibus diligit verbosari. Est autem idonea non solum **maternam linguam**, quam domi didicit, retinere, sed et novam quamlibet, si oblata ei fuerit, obtinere; imo plures vel linguas vel artes discendo potest puer facilius adipisci, et earum imposterum tenacius dicitur reminisci.*

A capacidade de falar perfeitamente não é dada à infância, mas uma certa dificuldade inata reprime a criança que começa a falar;

mas finalmente é suficiente tentar falar poucas palavras que em casa a criança ouve repetir mais frequentemente pelos pais. A puerícia, no entanto, parece oferecer maior capacidade de falar e já não tolera ser mantida dentro da casa paterna, mas brilha maior capacidade de emular o que está fora da porta, tendo em ódio o silêncio, gostando de tagarelar com seus semelhantes. É apta então para reter não apenas a **língua materna**, que apreendeu em casa, mas também qualquer língua nova, se lhe for ensinada; a criança pode apreender mais facilmente muitas línguas ou artes, e se diz que no futuro vai se lembrar delas com maior tenacidade.

Nigel Wireker, *Tractatus contra curiales et officiales clericos*, 1193:

*Lingua tamen caueas ne sit **materna**, sed illa / Quam dedit et docuit lingua paterna tibi.*

Presta atenção, entretanto, para que a língua não seja a **materna**, mas aquela que te deu e te ensinou a língua paterna.

Marginalia, 1150-1250:

Britones namque Amorici qui ultra mare sunt cum Maximo tyranno hinc in

expeditionem ex<e>untes, quoniam redire nequiuerant, occidentals partes Gallie

*solotenus uastauerunt nec
mingentes ad parietem uiuere
reliquerunt; acceptisque
eorum uxoribus et filiabus in
coniugium omnes earum
linguas amputauerunt ne
eorum successio **maternam**
linguam disceret.*

Os Bretões e Armoricanos,
que moram além-mar,
chegando aqui numa

expedição com o chefe
Máximo, pois não puderam
voltar atrás, devastaram as
regiões ocidentais da Gália e
não deixaram vivos nem
aqueles que encontraram
mijando na parede. Depois,
tendo levado para si as esposas
e as filhas deles, amputaram a
língua de todas para que seus
descendentes não
aprendessem a **língua**
materna.

O abade Filipe de Harvengt toma a língua materna como a língua aprendida em casa, com pais, na infância, funcionando como primeiro grau de instrução linguística. É importante ressaltar que, no texto de Filipe de Harvengt, a língua materna não parece se ligar exclusivamente à mulher, pois a palavra latina *parens* diz respeito tanto à mãe quanto ao pai. No tratado de Nigel Wireker, a expressão *língua materna*, por ser contrastada com uma língua que se aprende com o pai, acaba por indicar a língua que se aprende com a mãe. Cabe dizer que, etimologicamente, o adjetivo latino *paternus* significa um pai físico e genitor. Dessa forma, em contraste com a língua paterna, o latim, no caso, é possível assumir que a língua materna é aquela ensinada pela mãe. Os comentários sobre a invasão das regiões ocidentais da Gália pelas tropas do imperador Magno Máximo exibem um episódio caracterizado como uma estratégia de interdição da língua materna. A língua materna é apresentada como a língua das mulheres, como a língua passada de uma geração a outra pelas mulheres. Segundo o relato, sendo a língua materna a língua das mulheres, para impedir que as futuras gerações aprendessem essa língua, foi preciso barrar as mulheres no uso de sua língua, amputando-lhes a língua, o órgão muscular situado na boca, o que significa dizer que a língua materna não apenas pode ser interdita, mas também que a língua materna está pregada fortemente ao sujeito, fixada na sua língua, a carne. A língua é corpo!

Esses poucos registros da expressão *língua materna* que parecem

marcar uma relação da língua com a mãe não nos permitem afirmar que a expressão tenha sido criada para indicar a língua falada e ensinada pela mãe. Não é o caso de negar a existência de um jogo entre língua e mãe na composição da expressão *língua materna*, afinal a própria associação entre os significantes *língua* e *materna* promove semanticamente a ideia de uma língua que é da mãe. Por outro lado, se não é inadequado tratar a língua materna como língua da mãe, não nos parece produtivo, contudo, partir dessa evidência para explicar os sentidos da expressão. Basta notar que não apenas a figura mãe, tantas vezes usada para falar também da pátria e da Igreja, mas igualmente a qualidade do que é materno foi historicamente ressignificado. Segundo Tombeur (2005), o substantivo *maternitas* (“maternidade”), por exemplo, só bem recentemente passou a ser associado à mulher, tendo antes o sentido de *terra natal* e depois o sentido de *qualidade de uma igreja catedral, maternidade espiritual da Igreja*, sendo utilizado para evocar a *maternidade de Maria* nas obras de pensadores medievais como João de Würzburg, Tomás de Aquino e Raimundo Lúlio.

Não se trata igualmente de invalidar a possibilidade de se ter concebido a expressão *língua materna* para marcar uma língua falada e transmitida particularmente pela mulher. Essa hipótese se mostra até certo ponto plausível quando se toma em conta o fato de que a expressão *língua materna* ganhou vida pela primeira vez pelas mãos de um clérigo, sendo usada para marcar uma distinção entre clérigos e leigos e entre as línguas associadas a cada um desses grupos na sociedade medieval, o latim e a língua materna, respectivamente. Como explica Jean-Claude Schmitt, “o grupo dos leigos é constituído de mulheres e homens, enquanto que o dos clérigos é exclusivamente masculino” (2006, p.241). De acordo com o autor, a divisão entre clérigos e leigos na sociedade cristã da Idade Média “sempre foi pensada como algo exclusivo dos homens”, pois as mulheres eram proibidas de receber a ordenação sacerdotal (2006, p.250). Dessa forma, pela associação com os clérigos, o latim pode ser tomado como uma língua, se não exclusiva, ao menos circunscrita a um universo tipicamente masculino. Em contraste com esse funcionamento do latim como a língua do homem, a expressão *língua materna* poderia, a princípio, marcar não uma língua particular da mulher, mas, talvez, uma língua evitada nesse ambiente tipicamente masculino do clero. Essa interpretação esbarra justamente no fato de o grupo dos leigos não ser exclusivamente feminino. Como

o grupo dos leigos é formado por homens e mulheres, se a língua materna é apontada como a língua dos leigos, ela não pode ser classificada tão somente como a língua das mulheres, mas também como a língua dos homens. A questão é que a língua materna é geralmente a única língua que a mulher fala na Idade Média, enquanto o homem, quando clérigo, tem a possibilidade de também aprender o latim. De qualquer modo, vale lembrar que também na Antiguidade Latina atribui-se à mulher o papel de ensinar a língua aos pequenos, conforme Paul Veyne (2009), mas nem por isso essa língua ensinada pela mulher era chamada de língua materna, mas de *patrius sermo* e *patria lingua*. Queremos provar com isso, como já havíamos adiantado, que a expressão *língua materna* não se explica pura e simplesmente pela figura feminina de um(a) progenitor(a)¹⁰, mas corresponde primeiramente a certas configurações sociopolíticas na história. Na sua origem, ao mundo medieval estruturado pela divisão entre clérigos e leigos.

Referências bibliográficas

- AQUINO, J. E. de. (2012). *O que há de materno na língua?: Considerações sobre os sentidos de língua materna no processo de gramatização brasileira nos séculos XIX e XX*. Dissertação. Mestrado em Linguística. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.
- AUROUX, S. A. (1992). *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- BATANY, J. (2003). “Les clercs et la langue romane: une boutade renardienne au XVe siècle”. In: *Médiévales*, 45, p.85-98.
- CALVET, L-J. (2002). *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola.
- BECK-BUSSE, G. (1994). “Les “femmes” et les “illitterati”; ou: la question du latin et de la langue vulgaire”. In: *Histoire Épistémologie Langage*, 16, p.77-94.
- CASTELLANOS PFEIFFER, C. R. (2007). “L’écologie, la langue maternelle et la langue nationale”. In: ORLANDI, E. P. ; GUIMARÃES, E.. *Un dialogue atlantique: production des sciences langage au Brasil*. Lyon : ENS Éditions.
- CHIFFOLEAU, J. (2006). “Direito(s)”. In: LE GOFF, J. ; SCHMITT, J-C. *Dicionário temático do ocidente medieval*, v.1. São Paulo: Edusc.

- CHOMSKY, N. (2000). *New horizons in the study of language and mind*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. *Syntactic Structures*. (2002). Berlin: New York: Mouton de Gruyter, 1957.
- GADET, F.; PECHEUX, M. (2004). *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. Campinas: Pontes.
- GUIMARÃES, E. (2005). *Multilinguismo, divisões da língua e ensino no Brasil*. Campinas: Cefiel/IEL/Unicamp.
- HOBSBAWM, E. J. (2008). *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 5ª ed.
- KÖNIG-PRALOG, C. (2009). “Les laïcs dans l’histoire de la philosophie médiévale”. In: *Doctor Virtualis*, 9, p.169-197.
- LE GOFF, J. (2006). *Os intelectuais na Idade Média*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2ª ed.
- LENNEBERG, E. (1967). *Biological Foundations of Language*. New York: John Wiley & Sons.
- LEPSCHY, G. (2001). “Mother tongues and literary languages”. *The Modern Language Review*, 96. 4, p.33-49.
- ORLANDI, E. P. (2001). “Apresentação”. In: ORLANDI, E. P. *História das ideias linguísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Mato Grosso: Pontes.
- PAYER, M. O. (2009). “Dimensões materna e nacional das línguas. Simpósio Nacional de Letras e Linguística”, In: *Anais do XII SILEL*. 12, p.1-8.
- _____. (2007). “Entre a língua nacional e a língua materna”. In: INDURSKY, F. ; FERREIRA, M. C. L. *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz.
- _____. (2006). *Memória da língua: imigração e nacionalidade*. São Paulo: Escuta.
- PECHEUX, M. (1990). “Delimitações, inversões, deslocamentos”. In: *Cadernos de estudos linguísticos*, 19, p.7-24.
- PEREIRA DE CASTRO, M. F. (2011). “A língua materna e depois”. In: *Didáskomai*, 2, p.63-76.
- _____. (2009). “A fala infantil e a aquisição da língua materna: reflexões em torno de um paradoxo”. In: CORTINA, A. ; NASSER, S. M. G. da C.. *Sujeito e linguagem*. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- _____. (2006). “Sobre o (im)possível esquecimento da língua materna”. In: LIER DE VITO, M. F. ; ARANTES, L. *Aquisição, patologias e*

- clínica de linguagem*. São Paulo: Editora PUC-São Paulo: FAPESP.
- _____. (1998). “Língua materna: palavra e silêncio na aquisição de linguagem”. In: JUNQUEIRA FILHO, L. C. U. *Silêncio e luzes: sobre a experiência psíquica do vazio e da forma*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- PRIEUR, J-M. (2007). “Linguistique et littérature face à la langue maternelle: réel, symbolique, imaginaire”. In: *Ela. Études de linguistique appliquée*, 147, p.289-296.
- SCHMITT, J-C. (2006). “Clérigos e leigos”. In: LE GOFF, J. ; SCHMITT, J-C. *Dicionário temático do ocidente medieval*, v. 1. São Paulo: Edusc.
- TOMBEUR, P. (2005). “Maternitas dans la tradition latine”. In: *CLIO. Histoire, femmes et sociétés*, 21, p.1-6.
- URBAIN, J-D. (1982). “Langue maternelle : part maudite de la linguistique ?”. In: *Langue Française*, 54. 1, p.7-28.
- VEYNE, P. (2009). *História da vida privada: do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- XAVIER, A. C. ; CORTEZ, S. (2003). *Conversas com linguistas: virtudes e controvérsias da linguística*. São Paulo: Parábola.
- YAGUELLO, M. (1992). *Les mots et les femmes: essai d'approche socio-linguistique de la condition féminine*. Paris: Payot.

Palavras-chave: língua materna, língua da mulher, ciências da linguagem, língua nacional.

Keywords: mother tongue, women’s language, language sciences, national language.

Notas

¹ Este artigo retoma e resume algumas questões tratadas na nossa dissertação de mestrado, *O que há de materno na língua?: Considerações sobre os sentidos de língua materna no processo de gramatização brasileira nos séculos XIX e XX*, defendida em fevereiro de 2012.

* Doutorando em Linguística no Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP e na Université Sorbonne Nouvelle - Paris III.

³ “Dans la mesure où l’on peut mettre en évidence, dans une société donnée, des différences linguistiques nettement codifiées entre locuteurs hommes et femmes, il serait légitime de mettre les variantes sur le même plan. Ce serait en même temps

reconnaître l’existence de sous-cultures non hiérarchisées. Un bref tour d’horizon de la recherche en ce domaine montre que, jusque vers 1930, on ne parle que de *langue de femmes*. Ensuite, on observe une évolution de la notion de langue de femme déviante vers celle de langue d’hommes et de femmes comme variantes sociales. C’est une modification à la fois sur le plan scientifique (c’est la seule approche correcte) et sur le plan idéologique. On peut remarquer que parmi les auteurs récents qui continuent à parler de *langues de femmes*, on trouve surtout des hommes.”

⁴ Todas as traduções são de nossa autoria.

⁵ Mensagem enviada a nós por Noam Chomsky em nove de abril de 2011: “The concept ‘mother tongue’ is an informal version of what’s called I-language in generative grammar, the main topic of investigation”.

⁶ “Dans l’ordre de l’imaginaire, espace de l’organisation des sens, tout se passe comme si le “sujet de langage” brésilien allait à l’école apprendre sa langue maternelle et non pas la langue nationale.”

⁷ “À partir de là, la langue nationale, nécessaire, fonctionne comme une évidence : c’est la langue maternelle de chacun de nous. On naturalise la coïncidence, en institutionnalisant sa naturalisation – qui devient *mémoire institutionnalisée*.”

⁸ “Si l’on réfléchit à l’effet de coïncidence traité dans ce travail, on aurait en fait deux langues maternelles : celle qui sera enseignée [...] qui coïncide avec la langue de la culture, avec la langue nationale; et celle qui dissone avec la langue de la culture, constituée de la pluralité des “variétés naturellement acquises”.”

⁹ “Pour ceux qui y sont toujours allés, l’équivalence entre la langue maternelle et la langue nationale reste valable, tandis que les autres y vont pour adapter leur langue maternelle de façon à pouvoir être à la place juste du bien-dire, de la langue nationale.”

¹⁰ Embora nosso trabalho deixe um espaço de questionamento das representações da figura da mulher e dos sentidos do *feminino* na história, o presente artigo se encerra sem dar a esse tema toda a atenção que ele merece, seja pela limitação do espaço, seja pela nossa própria limitação para tratar do assunto. Esperamos, contudo, que as luzes que jogamos sobre o problema possam servir de material para pesquisas que interroguem o lugar da mulher na sociedade.